



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

O presente documento refere-se ao art. 18º, parágrafo 1º da Lei nº 14.133/2021 e capítulo II do Decreto Municipal nº 95/2023.

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Este documento apresenta Estudo Técnico Preliminar, que constitui a primeira etapa do planejamento de futuras e eventuais contratações em termos de necessidades, requisitos, alternativas, escolhas e resultados que servem essencialmente para assegurar a viabilidade técnica de atender as necessidades de **Contratação de empresa para elaboração do Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Helena, conforme legislação vigente.**

2. ÁREA REQUISITANTE

Área requisitante	Responsável
Câmara Municipal de Vereadores de Santa Helena	Evandro Rodrigo Neckel

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

(Lei Federal nº 14.133, inciso I, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso I do art. 4º)

- 3.1. A Câmara Municipal de Vereadores de Santa Helena possui em suas instalações equipamentos de climatização, tais como aparelhos de ar-condicionado e cortina de ar, utilizados para garantir condições adequadas de conforto térmico, salubridade e qualidade do ar aos servidores, vereadores, colaboradores e munícipes que frequentam o prédio público.
- 3.2. A adequada manutenção e controle desses sistemas é obrigatória conforme dispõe a **Lei Federal nº 13.589/2018**, que estabelece a obrigatoriedade de elaboração e implementação do **Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC** em sistemas de climatização de ambientes coletivos, com o objetivo de assegurar a qualidade do ar interior e prevenir riscos à saúde dos ocupantes.
- 3.3. Além disso, a **Portaria nº 3.523/1998 do Ministério da Saúde**, bem como, as **Resoluções da ANVISA**, estabelecem diretrizes e procedimentos para manutenção e controle de sistemas de climatização, exigindo acompanhamento técnico por profissional habilitado.
- 3.4. A ausência do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) e da manutenção preventiva acarreta risco de multas sanitárias, falhas em equipamentos e aumento do consumo de energia.
- 3.5. Considerando que a Câmara Municipal não dispõe em seu quadro funcional de profissional especializado e legalmente habilitado para elaboração do referido plano técnico, torna-se necessária a contratação de empresa ou profissional qualificado para elaboração do **PMOC**, contemplando o diagnóstico do sistema existente e a definição dos procedimentos de manutenção, operação e controle dos equipamentos de climatização.
- 3.6. Além do mais, a contratação visa proporcionar ambientes salubres e climatizados aos usuários da Câmara Municipal, preservando o patrimônio público por meio da manutenção adequada dos equipamentos existentes, evitando assim, a interrupção das atividades legislativas e administrativas em razão de falhas nos sistemas de climatização.
- 3.7. A contratação visa atender às exigências legais e garantir ambiente interno adequado, seguro e saudável para os usuários das dependências da Câmara Municipal.

4. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO E ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO E OBJETIVOS DA ADMINISTRAÇÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA HELENA

ESTADO DO PARANÁ – CNPJ 77.881.449/0001-30

(Lei Federal nº 14.133, inciso II, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso IX do art. 4º)

- 4.1 Destacamos que a presente contratação está prevista no Plano de Contratações Anual – PCA – 2026, publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de Santa Helena - DIOE, Edição nº 3043, página 125 e 126, em 10 de abril de 2025.
- 4.2 O PCA visa consolidar as contratações a serem realizadas ou prorrogadas no exercício subsequente, auxiliando a administração na tomada de decisão.
- 4.3 A elaboração do Plano de Contratações Anual propicia a maximização dos resultados institucionais, a partir da melhoria da governança e da gestão das contratações, além de maior transparência e controle com a publicação dos planos.
- 4.4 Com o levantamento prévio das contratações que pretende contratar ou prorrogar, passa-se a dispor de dados gerenciais viabilizando novas oportunidades de ganhos de escala, além de sinalizar ao mercado fornecedor as suas pretensões de modo que este se prepare adequadamente e com antecedência para participar dos futuros certames licitatórios.
- 4.5 A presente contratação encontra-se ainda alinhada com as diretrizes implementadas pela Presidência desta Casa Legislativa, que passa a considerar a importância da política de segurança institucional como tema relevante no mapeamento dos riscos inerentes as atribuições desenvolvidas pela Câmara Municipal.
- 4.6 Assim, observa-se que a proposta aqui apresentada, encontra-se alinhada com os objetivos estratégicos da instituição.
- 4.7 Conforme previsão:
LDO - LEI Nº 3.329/2025 de 17/07/2025;
PPA - LEI Nº 3.374 DE 16/12/2025;
LOA - LEI Nº 3.373/2025 de 15/12/2025;
LEI Nº 3.367/2023 de 01/12/2025, Altera LDO de 2025;
LEI Nº 3.383/2025 de 19/12/2025
- 4.8 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual – PCA 2026, disponibilizado no Portal da Transparência do endereço eletrônico da Câmara Municipal:
<https://camarasantahelena.atende.net/transparencia/>.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E VALORES DA CONTRATAÇÃO

(Lei Federal nº 14.133, inciso IV, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso V do art. 4º)

(Lei Federal nº 14.133, inciso VI, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso VI do art. 4º)

- 5.1 Os quantitativos e valores estimados para a presente contratação estão apresentados no quadro abaixo:

Item	CATMAT /CATSER	Quantidade	Unidade de Medida	Especificação da descrição	Valor Unitário Estimado R\$	Valor Total Estimado R\$
1	16519	01	Serviço	Serviço de elaboração do Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC do sistema de climatização (ar-condicionados e cortina de ar) para Câmara Municipal de Vereadores de Santa Helena, conforme legislação vigente.	R\$ 3.599,30	R\$ 3.599,30
Valor total estimado da contratação						R\$ 3.599,30

- 5.2 Foram realizadas análises críticas dos preços coletados, verificando a razoabilidade da aferição do preço de mercado para compor valor unitário estimado dos itens.
- 5.3 Logo, a estimativa dos valores unitários da contratação, é com base na Pesquisa de Preços de Mercado, peça integrante desta licitação, a fim de realizar o levantamento do eventual gasto com a



solução escolhida, de modo a avaliar a viabilidade econômica, que para a consecução deste objeto os preços foram estimados, nos moldes estabelecidos no art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

6. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

(Lei Federal nº 14.133, inciso XIII, do artigo 6º e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso I do art. 89.

Lei Federal nº 14.133, inciso III, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso II do art. 4º)

- 6.1 O valor se enquadra no inciso II do artigo 75 da lei 14.133/2021 e no presente momento não existe nenhum contrato ativo para o objeto a ser contratado.
- 6.2 Não haverá exigência de garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista, as especificidades do objeto ser de baixa complexidade, não havendo a necessidade de complementar a garantia legal.
- 6.3 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme art. 81 do Decreto Municipal nº 95/2023.
- 6.4 Ressalta-se que o objeto da contratação é caracterizado como comum, cujo padrão de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, nos termos do inciso XIII do Art. 6º da Lei 14.133/2021.
- 6.5 Para que a contratação seja efetivada, requisitos deverão ser atendidos:
 - 6.5.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade do objeto, conforme disciplinará o aviso de contratação direta.
 - 6.5.2 Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da contratação de pessoal, salários de empregados, transporte dos mesmos e quaisquer outros encargos, inclusive acidentes de que possam vir a ser vítimas, quando em serviço, e por tudo quanto as leis da Previdência Social e trabalhistas lhes assegurem e, ainda, por quaisquer danos ou prejuízos porventura causados a terceiros.
 - 6.5.3 Atender com presteza às reclamações, principalmente as que se referem à qualidade da lavagem dos veículos, tanto externo quanto internamente executados, providenciando sua imediata correção, sem ônus para a contratante.
 - 6.5.4 Não divulgar, nem fornecer dados ou informações obtidas em razão do contrato e não utilizar o nome da contratante para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade, salvo com autorização prévia e formal da contratante.
 - 6.5.5 Manter durante toda a execução do futuro contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.
- 6.6 Os serviços a serem prestados pela contratada:
 - 6.6.1 A contratada deverá elaborar o Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, para o sistema de climatização da Câmara, este plano deve conter a identificação do estabelecimento, a descrição das atividades a serem executadas.
 - 6.6.2 O PMOC deverá ser realizado de acordo com as exigências da Portaria n 3.523/1998 do Ministério da Saúde, Normas Regulamentadoras Brasileiras - NBR 15848 - Sistemas de ar-condicionado e ventilação e/ou demais legislações vigentes, se for o caso.
 - 6.6.3 Deverá ser elaborado o PMOC conforme os locais dos equipamentos de ar-condicionado e cortina de ar que compreendem:
 - 6.6.3.1 18 (dezoito) unidades de ar condicionados de 12.000 BTUS, modelo Split Frio Tecnologia Inverter, Split do tipo High Wall, Tipo do condensador: horizontal, Tipo de Gás: R-410A (Gabinetes dos Vereadores, Recepção, Sala de Reuniões, Gabinete do Diretor, Gabinetes da Procuradoria e Assessoria Jurídica).
 - 6.6.3.1 02 (duas) unidades de ar condicionados de 18.000 BTUS, modelo Split Frio Tecnologia Inverter, Split do tipo High Wall, Tipo do condensador: horizontal, Tipo de Gás: R-410A (Sala do Administrativo).



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA HELENA

ESTADO DO PARANÁ – CNPJ 77.881.449/0001-30

- 6.6.3.1 02 (duas) unidades de ar condicionados de 31.000 BTUS, modelo Split Frio Tecnologia Inverter, Split do tipo High Wall, Tipo do condensador: horizontal, Tipo de Gás: R-410A (Hall de Entrada do Plenário).
- 6.6.3.1 06 (seis) unidades de ar condicionados de 54.000 BTUS, modelo Split Frio Tecnologia Inverter, Split do tipo fixo na parede, Tipo do condensador: horizontal, Tipo de Gás: R-410^a (Plenário).
- 6.6.3.1 01 (uma) unidade de Cortina de ar, com largura de 2 metros (Recepção).
- 6.6.3.1 02 (duas) unidades de ar-condicionado de 12.000 BTUS, modelo Split Frio, Split do tipo High Wall, Tipo do condensador: horizontal, Tipo de Gás: R-410A (Sala do Almoxarifado e Sala de Arquivo).
- 6.6.3.1 01 (uma) unidade de ar condicionados de 12.000 BTUS, modelo Split Frio e Quente Tecnologia Inverter, Split do tipo High Wall, Tipo do condensador: horizontal, Tipo de Gás: R-410A (Cozinha).
- 6.6.3.1 02 (duas) unidades de ar condicionados de 30.000 BTUS, modelo Split Frio Tecnologia Inverter, Split do tipo High Wall, Tipo do condensador: horizontal, Tipo de Gás: R-32 (A serem instalados na recepção).
- 6.6.3.1 01 (uma) unidade de ar condicionado de 18.000 BTUS, modelo Split Frio Tecnologia Inverter, Split do tipo High Wall, Tipo do condensador: horizontal, Tipo de Gás: R-32 (A ser instalado na cozinha).
- 6.6.4 O PMOC - Plano de Manutenção Operação e Controle, como um conjunto de documentos, deve constar de todos os dados da edificação, do sistema de climatização, do responsável técnico, bem como dos procedimentos e rotinas de manutenção a serem implementados.
- 6.6.5 Para elaboração do PMOC, deverá ser realizada vistoria completa das instalações para avaliação/diagnóstico da condição operacional dos sistemas/equipamentos, descrevendo por meio de relatório próprio, os possíveis defeitos/panes (inoperância); ações e custo do material necessário para sua correção.
- 6.6.6 O PMOC, devidamente elaborado e assinado pelo responsável técnico da Contratada, deverá conter, no mínimo, as informações constantes no Anexo I da Portaria GM/MS n.º 3.523/98, de 28 de agosto de 1998, além de estabelecer mecanismo, como a utilização de formulários ou planilhas de Excel, para que todas as ações de manutenção e controle sejam registradas de forma individualizada, por aparelho de ar-condicionado e cortina de ar. Compreendendo entre outros:
 - 6.6.6.1 Descrição do Sistema.
 - 6.6.6.2 Identificação do Ambiente.
 - 6.6.6.3 Identificação do Responsável Técnico
 - 6.6.6.4 Relação dos Ambientes Climatizados.
 - 6.6.6.5 Plano de Manutenção e Controle
 - 6.6.6.6 Recomendação Usuário
 - 6.6.6.7 Definições e Conceitos
 - 6.6.6.8 Relação de Sistemas
 - 6.6.6.9 Cadastro de Equipamentos
 - 6.6.6.10 Instrução de Trabalho (se for o caso).
 - 6.6.6.11 Descrição Detalhada da Manutenção dos Equipamentos
 - 6.6.6.12 Anexos
 - 6.6.6.13 Anotação de Responsabilidade Técnica
- 6.6.7 Para os serviços constante deste objeto, a contratada deverá recolher Anotação de Responsabilidade Técnica – ART (emitido pelo/s conselho/s competente/s) antes do início da execução dos trabalhos, devendo apresentar cópia juntamente com a entrega do PMOC.
- 6.6.8 O Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), passará pela avaliação da Contratante que procederá sua aprovação/aceite.
- 6.6.9 O PMOC elaborado deverá ser cedido, com os direitos autorais a eles relativos, incluindo os direitos de reprodução, reutilização e divulgação em qualquer tipo de mídia, existente ou que venha a existir, garantindo-se, na divulgação, o crédito e a responsabilidade técnica aos profissionais responsáveis por eles.



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA HELENA

ESTADO DO PARANÁ – CNPJ 77.881.449/0001-30

6.7 A fiscalização ocorrerá de acordo com o contido no Capítulo II – Das Competências, Seção IV – Do Gestor de Contrato e Fiscal e Contrato, bem como, o Anexo II, Das atribuições, 4 do Gestor de Contrato, 5 do Fiscal de Contrato constantes na LEI nº 3.383/2025 desta Câmara Municipal.

6.8 Representante da Câmara de Vereadores para fiscalização:

6.8.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente por um(a) servidor(a) designado(a) por ato próprio como Fiscal de Contrato.

6.8.2 Os serviços serão recebidos definitivamente por um(a) servidor(a) designado(a) por ato próprio como Gestor de Contrato.

6.8.3 Qualquer problema relacionado à execução contratual deverá ser imediatamente notificada a contratada pelos fiscais do contrato e/ou gestor de Contratos para as providências cabíveis.

6.8.4 Eventuais intercorrências e ações de contorno estão elencadas no Anexo I - Análise de Riscos, parte integrante deste ETP.

7. POSSÍVEIS NORMAS CORRELACIONADAS AO PROBLEMA E POTENCIAIS SOLUÇÕES

7.1 No presente estudo não foram identificadas normas relacionadas ao objeto em análise.

8. LEVANTAMENTO DE MERCADO E ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS

(Lei Federal nº 14.133, inciso V, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso III do art. 4º)

8.1 Foram realizadas diversas pesquisas de preços para se ter um parâmetro realista dos valores de mercado, sendo contratações similares de órgãos governamentais, sítios eletrônicos e tabelas de referência, PNCP e consultados fornecedores para se verificar a prática dos serviços a serem contratados. Após tais consultas verificou-se que o formato praticado atualmente pelo mercado atende plenamente às necessidades e especificações mínimas exigidas pela Câmara Municipal.

8.2 A contratação mostra-se como uma solução pertinente e inclusive adotada por outros órgãos/entidades, conforme levantamento realizado através da Pesquisa de Preços de Mercado, peça integrante desta licitação.

8.3 A alternativa escolhida: O tipo de solução para contratação do fornecimento no âmbito da Câmara Municipal se dará por processo de Contratação Direta, na forma da modalidade Dispensa de Licitação, fundamentada no inciso II, art. 75 da Lei 14.133 de 2021, em função do valor, e por se tratar de bens e serviço comuns, com base no **menor preço por item**:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), no caso de outros serviços e compras; (Vide Decreto nº 12.807 de 29 de dezembro de 2025) Vigência

8.4 A licitação é um princípio que visa, além da isonomia e busca de proficuidade para a administração pública, transparência, efetividade e promoção do desenvolvimento econômico nacional sustentável.

8.5 A obrigatoriedade de licitar é princípio constitucional estampado no art. 37, XXI, da Constituição Federal, aplicável, ressalvados casos específicos, a todo ente da administração pública direta ou indireta. Todo contrato de obra, serviço, compras e alienações, bem como cessão e permissão de serviços públicos, deve ser precedido de um procedimento licitatório.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

9.1. A solução visa garantir conforto térmico, segurança operacional e conformidade legal, com foco na eficiência energética e preservação da qualidade do ar interno, conforme exigido pelos órgãos de fiscalização sanitária.

9.2. Analisando as alternativas disponíveis que atendam a necessidade da área requisitante, considerando a viabilidade técnica e econômica, a solução indicada pela equipe de planejamento da contratação é a



realização de procedimento licitatório para a presente contratação de acordo com especificações comuns de mercado, capazes de atender aos requisitos de negócio.

9.3. Nesse sentido optou-se pela contratação via processo licitatório, através de contratação direta via dispensa eletrônica em virtude de visarmos uma melhor gestão financeira, uma melhor gestão administrativa e uma melhor gestão orçamentaria. Acredita-se ainda que este modelo torna o processo mais enxuto e reduz desperdícios de tempo e informação, facilitando a gestão contratual e o gerenciamento de riscos, com redução de procedimentos administrativos além de reduzir custos financeiros, bem como viabilizar o critério de economicidade e sustentabilidade para administração.

9.4. Ademais, é maior a atratividade do certame pelo mercado, por meio de uma maior diluição dos custos por durante o lapso temporal do contrato, favorecendo a Administração em termos de economicidade e ampliação da competitividade.

9.5. Seguindo esta lógica, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União sustenta a possibilidade da fixação do prazo de vigência estendido com a finalidade de obter preços e condições mais vantajosos para a Administração, (Acórdão 3.320/2013-Segunda Câmara):

“O prazo de vigência de contratos de serviços contínuos deve ser estabelecido considerando-se as circunstâncias de forma objetiva, fazendo-se registrar no processo próprio o modo como interferem na decisão e quais suas consequências. Tal registro é especialmente importante quando se fizer necessário prazo inicial superior aos doze meses entendidos como regra pelo TCU. Há necessidade de se demonstrar o benefício decorrente do prazo estabelecido (Acórdão 3320/2013-Segunda Câmara).”

9.6. Um prazo contratual exíguo implicaria na constante dedicação de recursos humanos especificamente para processos de Planejamento da Contratação, considerando que os trabalhos de renovação/prorrogação são deflagrados com antecedência (em atendimento à recomendação do Tribunal de Contas da União esposada no Acórdão nº 728/2008 – 1ª Câmara).

9.7. Por se tratar de objeto com características básicas e singulares, o método convencional da prestação de serviços é o único viável para a contratação e desta forma foi a solução definida, sobretudo por atender a real demanda da Câmara Municipal e apresentar um custo-benefício satisfatório para a Administração Pública.

9.8. Corroborando, o fornecimento mostra-se viável na modalidade de compra por Dispensa Eletrônica, pois o valor estimado é inferior ao inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021 e o julgamento da proposta é por **Menor Preço por item**, a licitante que ofertar o menor preço será consagrada vencedora da contratação, vez que desonera a administração pública trazendo maior economia.

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

(Lei Federal nº 14.133, inciso VIII, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso VII do art. 4º)

10.1. Em regra, conforme Inc. III do § 2º do art. 40 da Lei nº 14.133/21, as compras públicas deverão buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado no que diz respeito à aplicação do princípio do parcelamento.

10.2. O parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda da economia em escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes. Sendo assim, a divisão do objeto da presente manifestação não representa perda da economia de escala, além de ser tecnicamente e economicamente viável.

10.3. Considerando as especificidades do presente objeto a demanda será parcelada, haja visto, se comprovarem ser técnica e economicamente viável, com vistas a propiciar o melhor aproveitamento do mercado e a ampliação da competitividade.



10.4. Nesse sentido, colhe-se o precedente do TCU consubstanciado no verbete de sua Súmula nº. 247 que expressa:

"é obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade". (Destaques nossos).

10.5. No entanto, a adjudicação se dará por itens, não havendo ofensa à Súmula nº 247 do TCU.

"é obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade". (Destaques nossos).

10.6. Também se destaca a necessidade de aplicação do artigo nº 76 do Decreto Municipal nº 95/2023:

Art. 76. Para cumprimento do contido no artigo 47 da Lei Complementar Federal nº 123/2006, a Administração deverá:

I - realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja aquele previsto no inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006;

II - estabelecer, em certames para aquisições de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme inciso III do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006.

10.7. De acordo com o que preceitua-se o art. 49, inciso IV da Lei Complementar 123/2006, as contratações com base no artigo 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, deverão ser realizadas preferencialmente como microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP).

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

(Lei Federal nº 14.133, inciso XI, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso VIII do art. 4º)

11.1 Não se verifica a necessidade de contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

12. RESULTADOS PRETENDIDOS

(Lei Federal nº 14.133, inciso IX, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso X do art. 4º)

12.1. O resultado pretendido da contratação está relacionado ao atendimento das normais legais existentes a respeito dos parâmetros mínimos de manutenção e conservação de aparelhos de ar-condicionado, qualidade do ar interno de ambientes climatizados e exigência de elaboração de plano para manutenção periódica dos equipamentos (Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC), tratados, principalmente, nos seguintes documentos: Resolução nº 176/2000, posteriormente, atualizada pela Resolução nº 9/2003, da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Portaria nº 3.523/1998/GM do Ministério da Saúde e Lei nº 13.589/2018.

12.2. A execução dos serviços deverá contemplar todo o ciclo de vida dos equipamentos, visando prolongar sua vida útil, reduzir custos operacionais, garantir eficiência energética e assegurar a qualidade do ar interior, mediante mão de obra qualificada, responsável técnico habilitado e emissão de relatórios técnicos.



12.3. Esses resultados visam assegurar padrões referenciais de qualidade do ar interior do ambiente da Câmara Municipal advindo de climatização artificial, considerando o interesse sanitário, a saúde, a segurança e o bem-estar dos servidores, vereadores, colaboradores e visitantes que frequentam o Poder Legislativo, garantindo ambientes mais saudáveis para os usuários.

12.4. Por se tratar de serviço essencial ao desempenho das atividades dos vereadores e servidores pretende-se alcançar benefícios diretos e indiretos com a contratação, em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

(Lei Federal nº 14.133, inciso X, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso XI do art. 4º)

Para atuar de forma segura na fiscalização de uma contratação, faz-se necessário à capacitação e atualização constante de servidores aptos a desempenhar estas atividades.

Nos termos do art. 18, inciso X Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a prestação de serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

14. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

(Lei Federal nº 14.133, inciso XII, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso XII do art. 4º)

A contratada deverá adotar critérios e práticas de sustentabilidade socioambiental durante a execução do objeto contratual, sobretudo quanto a utilização da água, sua otimização, o não desperdício e, quando possível, seu reaproveitamento.

15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO DA ÁREA DEMANDANTE SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

(Lei Federal nº 14.133, inciso XIII, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso XIII do art. 4º)

Diante do exposto, entende-se que a contratação almejada, atende às necessidades desta Casa Legislativa, mostra-se tecnicamente e economicamente viável, possível e fundamentalmente necessárias a viabilidade da Contratação pretendida, nos termos dispostos no presente Estudo Técnico Preliminar – ETP.

Santa Helena, 13 de abril de 2026.

Declaro que participei ativamente de todas as etapas deste Estudo Técnico Preliminar - ETP,

Responsável pela Fase Interna

Anderson Koch

Ciente e de acordo,

Evandro Rodrigo Neckel

Diretor Geral Legislativo

Anderson Rodrigo Draghetti

Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA HELENA

ESTADO DO PARANÁ – CNPJ 77.881.449/0001-30

ANEXO I

ANÁLISE DE RISCO

Risco 1	Fase	Interna		
	Situação	Requisito para a contratação e especificação do objeto insuficiente		
	Probabilidade	(x) Baixa	() Média	() Alta
	Impacto	() Baixa	(x) Média	() Alta
	Plano de Mitigação	Diálogo entre áreas envolvidas para detalhamento da solução almejada. Área requisitante descreveu a especificação dos produtos bem detalhados a ser adquirido com base de modelos disponíveis em órgãos públicos que realizaram contratação semelhantes.		

Risco 2	Fase	Interna		
	Situação	Equívocos nos quantitativos estimados		
	Probabilidade	(x) Baixa	() Média	() Alta
	Impacto	() Baixa	(x) Média	() Alta
	Plano de Mitigação	Levantamento realizado pela área demandante para consumo da Câmara Municipal.		

Risco 3	Fase	Interna		
	Situação	Atrasos na contratação decorrentes de atraso na tramitação do processo administrativo		
	Probabilidade	(x) Baixa	() Média	() Alta
	Impacto	() Baixa	(x) Média	() Alta
	Plano de Mitigação	Acompanhamento do processo e apoio às áreas envolvidas.		

Risco 4	Fase	Execução		
	Situação	Dificuldade de acesso às instalações da Câmara para entrega dos itens		
	Probabilidade	(x) Baixa	() Média	() Alta
	Impacto	(x) Baixa	() Média	() Alta
	Plano de Mitigação	Previsão de agendamento e acompanhamento por servidor designado.		

Risco 5	Fase	Execução		
	Situação	Defeitos na execução dos serviços entregues		
	Probabilidade	() Baixa	(x) Média	() Alta
	Impacto	() Baixa	() Média	(x) Alta
	Plano de Mitigação	Fiscais aptos a identificar eventuais falhas e manter comunicação com a empresa. Recusa dos itens com defeito e previsão de substituição em caso de entrega de itens fora das especificações do Termo de Referências e Edital. Estipular penalidades se for o caso.		

Risco 6	Fase	Execução		
	Situação	Não entrega dos serviços licitados		
	Probabilidade	(x) Baixa	() Média	() Alta
	Impacto	() Baixa	() Média	(x) Alta
	Plano de Mitigação	Fiscais aptos a identificar eventuais falhas e manter comunicação com a empresa. Tomar as providências em relação as infrações e sanções administrativas.		

Responsável pela Fase Interna
Anderson Koch